



# Anais da Assembléia

Nº 123

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 93.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1988.  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Cândido Bastos e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondu Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer. (37). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Antônio Belinati, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Paulo José Delazeri, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca e Valderi Mendes Vilela (16). Achando-se em licença, o Senhor Deputado Alexandre Ceranto.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a

## S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procedo à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Requeiro a chamada nominal dos Senho-

res Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

35 Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. 1º Secretário - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n. 87/88, que cria a Comissão de Direitos da Mulher.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### REQUERIMENTO Nº 956

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação do Projeto de Lei n. 315/88.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) RAUL LOPES

#### REQUERIMENTO Nº 965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei de ns. 311 a 316/88, constantes da ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO Nº 954

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente

sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § Único do Art. 58 do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n. 116/86.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo inciso III, § 1°, do Art. 156, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosa-mente REQUER o encerramento das discussões dos Projetos de Lei de ns. 311 a 316/88, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor PEDRO KOLTUM, ocorrido às 14 horas do dia 21 de novembro de 1988, no município de Ivaiporã.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à Senhora Joana Verenska Koltum e filhos. Caixa Postal n. 88 - Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor RAUL MILCENT, ocorrido em 11 de novembro de 1988, depois de 20 anos dedicados à TELEPAR, ocupando o cargo de Diretor Financeiro-Administrativo no período de 29.04.67 a 07.02.70, Diretor de Pessoal e Material em 07.02.70 a 17.03.71, sendo que atualmente exercia a Chefia de Gabinete da Presidência daquela Companhia.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu filho Paul Fernand Milcent, Rua João Bronka, 100 - ap. 704 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 952

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora

ELZA AMÁLIA PUDEL, ocorrido em Toledo em 27.11.88.

A extinta contava com 81 anos, era mãe de nosso grande companheiro de muitos anos Egon Pudel, ex-Deputado Estadual, ex-Prefeito Municipal daquela cidade.

Tronco de uma das mais tradicionais famílias toledanas, D. Elza Amália deixou uma lacuna inestimável na vida de todos os membros da comunidade.

Desta decisão, requer ainda seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Cândido Lopes, 325 - ap. 22 - CEP 80.530 - Curitiba - PR. Em nome do Senhor EGON PUDEL.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 958

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, votos de congratulações e manifestações de regozijo, pelas comemorações alusivas aos 60 anos de fundação do Banco do Estado do Paraná S/A., expressões essas atribuídas à pessoa de seu Presidente, Senhor CARLOS ANTÔNIO ALMEIDA FERREIRA, bem assim aos demais diretores e funcionários dessa conceituada Instituição, que engrandece o Estado do Paraná.

Da decisão Plenária, requer, seja dada ciência aos homenageados, no seguinte endereço: Rua Máximo João Kopp, 274 - Santa Cândida - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Na oportunidade em que essa renomada Instituição, símbolo do orgulho da comunidade paranaense, comemora os seus 60 anos de fundação, não poderia este Deputado, na qualidade de representante do povo neste Parlamento deixar de registrar o profundo significado desta data e o reconhecimento de sua gente pelos relevantes serviços que o BANESTADO prestou ao longo desses anos à economia do Paraná.

É importante ressaltar, ainda, a contribuição que esta Casa de Leis deu para o surgimento dessa grandiosa instituição bancária, pois, foi a Assembléia Legislativa que criou o Banco do Estado do Paraná S/A., pela Lei Estadual n. 2.532, de 27 de março de 1928.

O BANESTADO está de parabéns, pois é hoje o 9° Banco em volume de depósitos no Brasil e o terceiro Banco Estadual com uma participação bancária de 41.6% dentro do Estado e, temos a mais absoluta certeza que irá galgar melhor posição na rede bancária nacional e conquistar a liderança absoluta dentro do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 963

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, na pessoa de seu Presidente, Senhor Desidério Peron, manifestando os nossos votos de congratulações pela posse da nova diretoria no dia 25 de novembro do corrente ano, e desejando a todos os demais membros da diretoria uma gestão profícua para o triênio 88/91.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 959

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de louvor ao Ilustríssimo Senhor Professor Fernando Ponte de Souza, Digníssimo Reitor da Universidade Estadual de Maringá, pela publicação de material ecológico através do Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura daquela universidade.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Estadual de Maringá publicou dois livretos ("Histórias do Vovô Nupeliano" e "Diversões Ecológicas") visando a conscientização de adultos e crianças para a defesa do meio ambiente. Essas iniciativas são louváveis sob todos os aspectos ao considerarmos os desastres ecológicos existentes na atualidade e que ameaçam a vida em nosso planeta.

REQUERIMENTO N° 960

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a realização de estudos com vistas à implantação de distribuição de livros sobre ecologia nas escolas da rede estadual de ensino.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Estadual de Maringá vem imprimindo e divulgando os livretos "Histórias do Vovô Nupeliano" e "Diversões Ecológicas", para conscientização de crianças e adultos da necessidade de preservação do meio ambiente. Esses livretos, caso seja possível distribuí-los em toda a rede estadual, trarão inestimáveis benefícios para todo o povo paranaense, permi-

tindo a prevenção de desastres ecológicos no futuro.

REQUERIMENTO N° 961

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando gêneros alimentícios e auxílio financeiro para a creche "José do Patrocínio", localizada em Luiziania.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Creche "José Patrocínio", localizada no Município de Luiziania, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços ao povo daquela comunidade. Entretanto, em função de defasagem orçamentária causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio financeiro e gêneros alimentícios.

REQUERIMENTO N° 949

Senhor Presidente.

O Deputado Paulino Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Governador do Estado solicitando a liberação de novos recursos para a abertura de frentes de trabalho para os bóias-frias de Terra Roxa. Ao todo são mais de quatro mil trabalhadores atravessando sérias dificuldades de sobrevivência naquele Município, diante da falta de trabalho neste momento crítico de seca para a região.

Sala das Sessões, em 30.11.88

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO N° 962

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, uma homenagem à TELEPAR Telecomunicações do Paraná S.A., pela passagem dos seus 25 anos de fundação.

A TELEPAR, durante esses 25 anos, tem prestado serviços de grande relevância para o progresso do Estado do Paraná. Em função disso, parabenizamos, através da pessoa de seu Presidente Fernando Xavier, a todos os funcionários da empresa, pela dedicação, trabalho e competência de seus técnicos no setor de telefonia. E, graças a esse espírito progressista, a TELEPAR é hoje considerada a melhor empresa subsidiária da TELEBRÁS.

Como a melhor do setor de telefonia no Brasil, a TELEPAR tem sido constantemente

chamada para emprestar sua competência a diversos países da América Latina. Isso sem dúvida credencia a garra e a pujança do povo paranaense.

Que da decisão desta Casa se dê ciência e envie cópia aos homenageados através do Presidente da TELEPAR, Fernando Xavier e ao Presidente da Associação dos Funcionários da Companhia.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO N° 964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos anais desta Casa, o documento extraído do encontro realizado em Brasília durante os dias 22 a 24 de novembro do corrente ano, sobre Acesso ao Crédito Pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas, com a participação do Presidente da Federação das Associações de micro e pequena empresas do Paraná- FAMPEPAR, Senhor Ercílio Santinoni.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 087/88  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1°- Acrescente-se o inciso XXI ao Art. 39 do Regimento Interno.

"Art. 39 .....

XXI- Comissão dos Direitos da Mulher.

Art. 2°- À Comissão dos Direitos da Mulher compete:

A análise, discussão e decisão de propostas inerentes aos direitos da mulher na sociedade".

Art. 3°- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) IRONDI PUGLIESI.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução justifica-se face à necessidade de se promover uma política global, visando eliminar as discriminações contra a mulher na nossa sociedade, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural.

Em razão, também, das transformações porque passa a sociedade, que aceleram as mudanças culturais e sociais, amplia-se cada vez mais a consciência da necessidade da organização, participação e representação da mulher no poder, numa contribuição

Curitiba, quarta, em 30.11.88

significativa para a instauração de uma sociedade mais justa e democrática.

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 87/88

PARECER:

O Projeto de resolução em análise, de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, tem como escopo a criação, entre o elenco das Comissões Permanentes desta Assembléia, - da Comissão dos Direitos da Mulher.

Em obediência às disposições do regimento, foi o projeto encaminhado a esta Comissão executiva, para parecer.

Visto que não há nenhum óbice que impeça a normal tramitação da proposta em tela, opinamos Favoravelmente pela sua Aprovação.

É o parecer.

Curitiba, 30.11.88.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1° Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2° Secretário.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 326/88  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1°- Fica declara da Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO TOLEDANA DOS ARTESÕES -ATA, com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 2°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Toledana dos Artesãos - ATA, fundada em 1983 e já reconhecida como de utilidade pública naquele Município, tem sido o foro de integração das ações da comunidade artesanal de Toledo. Com isso a Associação se transformou no ponto de referência para desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, econômicas e sociais dos artesãos do Município.

Toledo ocupa hoje um grande espaço na área de produção de artesanato no Estado e chegou a essa posição em função do trabalho desenvolvido pela Associação Toledana de Artesãos que não tendo fins lucrativos tem organizado e orientado os artesãos do Município de forma que a se tornar um pólo irradiador dos valores culturais da região oeste do Paraná.

Diante do exposto solicitamos aos nos-

sões Pares o necessário apoio ao presente projeto de lei, tendo como objetivo final a estruturação cada vez mais eficiente da sociedade paranaense, notadamente os setores que irradiam nossa cultura e nossas raízes.

PROJETO DE LEI N° 330/88  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Mariana, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Vila Mariana a que nos propomos declarar de Utilidade Pública, constitui uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, tem por objetivo representar a comunidade moradora da Vila Mariana nos seus mais elevados anseios e na defesa de seus interesses.

Para isso mantém e desenvolve a união cordial de seus integrantes, congregando-os em torno do estudo e da obtenção de soluções para os problemas da comunidade, zelando pela manutenção e melhoria da qualidade de vida, bem como intercedendo junto a autoridades e órgãos Municipais, Estaduais, Federais e entidades de direito privado, inclusive, quando necessário, promovendo em juízo ou fora dele, as ações e medidas que se fizerem necessárias.

Pelos relevantes serviços prestados pela referida Associação e a significativa contribuição dada à área social do Município de Ponta Grossa e, por extensão ao Estado, nada mais justo que venha ser reconhecida de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças com a palavra a representação do PDS.

(Declina). Havendo declinado, com a palavra a representação do PDC.

(Declina) Havendo declinado, com a palavra a representação do PFL.

(Declina) Havendo declinado, com a palavra a representação do PL.

(Declina) Havendo declinado, com a palavra a representação do PT.

(Declina) Havendo declinado, com a palavra a representação do PTB.

(Declina) Havendo declinado, com a palavra a representação do PDT.

(Declina) Havendo declinado, com a palavra a representação do PMDB.

(Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Senhora Deputada Ironí Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 315/88. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei de ns. 311 a 316/88. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o encerramento da discussão dos Projetos de ns. 311 a 316/88. Aprovado.

De acordo com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 315/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 118/88), que objetiva alterar a Tabela de escalonamento vertical estabelecida pelo artigo 118, da Lei n. 6.417/73, modificada pelas Leis ns. 6.839, de 22.12.76, n. 7.540, de 08.12.81, n. 7.637 de 10.09.82, n. 8.218, de 06.01.86, n. 8.298 de 08.05.86 e n. 8.671 de 21.12.87. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 311/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 112/88), que autoriza o Poder Executivo doar ao Educandário Mariano Rodrigues de Castro, com sede e foro em Araucária, um imóvel urbano com área de 1.141,30 m², situado na sede do referido município e havido pelo Estado através da

Transcrição imobiliária n. 5.223, às fls. 200 do livro 3 n. 7, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araucária. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 312/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 113/88), que altera os limites para a abertura de créditos suplementares fixados na Lei n. 8.666, de 14 de dezembro de 1987, ampliados pela Lei n. 8.812, de 12 de julho de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, mensagem aditiva de autoria do Senhor Governador do Estado, nos seguintes termos: (Public. no DA n. 122, de 29.11.88). Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Requerio que conste meu voto contrário.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Da mesma forma voto contrário do PT.

Na forma da Mensagem Aditiva sob n. 123/88 coloco em votação a emenda. Aprovada.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, poderia mandar proceder à leitura da emenda?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O Senhor 1º Secretário passará à leitura da emenda aditiva.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à leitura da emenda)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação a emenda aditiva. Aprovada.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Requerio que conste em Ata o voto contrário do PDC.

O SR. PEDRO TONELLI - Da mesma forma registre-se o meu voto contrário.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Será anotado. O Projeto irá à 4ª discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 313/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 114/88), que dá nova redação ao artigo 3º e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei n. 8.212, de 30 de dezembro de 1985. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Ontem votei contra tal mensagem, tal projeto de lei oriundo de mensagem palaciana, governamental e continuarei votando contra e faço um apelo ao bom senso deste Plenário para que nós, em nome da moralidade administrativa, em nome da transparência tão propalada e em nome da defesa do Direito Administrativo é que gostaríamos de que essa mensagem, transformada em projeto de lei, não fosse aprovada.

Não podemos mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, admitir que qualquer administração pública, de qualquer Executivo, assumia compromisso com as empreiteiras, sabendo que não há fontes de recursos. Isso é abuso de poder, isso é contra o Direito Administrativo, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por isso é que não podemos avaliar, não podemos permitir que o Executivo do Estado do Paraná, continue abusando do poder que tem e continue violando os menores princípios do Direito Administrativo. Não podemos permitir que o Governo do Estado do Paraná emita 34 bilhões de cruzados de título de Dívida Pública, porque nós nem sequer sabemos quanto será o custo desses recursos. Todo mundo sabe que esses títulos, no mercado financeiro, custarão para o Estado do Paraná, fortunas, para suprir um compromisso que foi nada mais nada menos, um desrespeito à Constituição, em desrespeito ao Direito Administrativo, aliás, não permitido inclusive, pela nova Constituição.

Digo mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados: será que aquelas suspeitas que nós nunca apuramos de que as empreiteiras do Estado do Paraná é que estariam se comprometendo a pagar os custos da campanha eleitoral?

Será que não é aí que está o compromisso de campanha? É uma pergunta que não está respondida para todos nós Parlamentares paranaenses.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a bem da verdade, a bem da moralidade e a bem do Direito Administrativo, nós não poderíamos de forma nenhuma, aprovar a lei que visa contemplar aqueles que, do nosso ponto de vista, estão abusando do poder, já habitual e sabemos muito bem. Denunciamos da tribuna, o mau comportamento que o poder público do Estado do Paraná vem adotando com relação às empreiteiras do Estado do Paraná.

Denunciei no começo deste ano e, lamentavelmente, continuam acontecendo, aonde os pedidos das empreiteiras, o pedido do Sindicato dos Empreiteiros do Estado do Paraná, o DER, a Casa Civil e a Secretaria

dos Transportes advogam e dão justificativas para que o pedido dos empreiteiros seja contemplado e seja justificado jurídica, moral e politicamente.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós temos por obrigação, como fiscais do Executivo, levantar essas suspeitas, para que não continuemos tendo no futuro, um Governo que defenda o interesse das empreiteiras, em detrimento dos servidores públicos, em detrimento das grandes necessidades do Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados é que o Partido dos Trabalhadores continuará votando contra este projeto de lei que visa criar, emitir 34 bilhões de cruzados de títulos da dívida pública para suprir compromisso que não tinham fontes de recursos - e não deveriam ter assumido esses compromissos com as empreiteiras do Estado do Paraná.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Requeiro que conste em Ata o voto contrário do PDC.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Da mesma forma, Senhor Presidente, que conste o voto contrário do PDT.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem) Da mesma forma, Senhor Presidente, que conste o voto contrário do PL.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, o resultado já foi anunciado, os Deputados da Oposição estão apenas fazendo declaração de voto contrário, não cabendo, portanto, o pedido de verificação de votação. Solicito, então, que Vossa Excelência dê continuidade colocando em votação o Projeto de Lei n. 314.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Vinte e quatro Senhores Deputados aprovam;

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Nove rejeitam.

Aprovado o Projeto.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 314/88, de autoria do Poder Executivo

(Mensagem n° 115/88), que institui o fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano-FDU, de caráter rotativo, com o objetivo de financiar planos, programas, projetos e atividades voltadas ao interesse Urbano. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para encaminhar.

Senhor Presidente, verifica-se que os Deputados integrantes das Bancadas de Oposições votaram ontem, estão votando hoje, todos, contra principalmente ao Projeto de Lei n° 313, que altera a Lei n° 8.212, que disciplina a emissão de títulos da dívida pública do Estado. Quer dizer mais emissão de títulos, maior endividamento, altera-se a Lei propiciando que os recursos tenham outra destinação e as emissões continuam sempre.

Nós estamos em 3ª. Discussão votando a Mensagem n° 115, do Projeto n° 314, que visa na referida Mensagem do Senhor Governador criar o Fundo de Desenvolvimento Urbano. Quer dizer, é uma espécie de segunda edição do PRAM, uma filial do PRAM, porque nós já temos a Lei que criou há alguns anos o Fundo de Desenvolvimento Estadual. O PRAM visa o fortalecimento das reivindicações municipais; temos a Secretaria do Planejamento; Secretaria do Desenvolvimento Interior.

E, agora, o Governo do Estado pretende criar mais um fundo Estadual, mais um Programa Especial. Sintetizando, ele quer obter mais 100 milhões de dólares a curto prazo, mais empréstimos.

Nós votamos há pouco a emissão de títulos do Estado, agora vamos votar mais 100 milhões de dólares, além do nosso voto contrário, da mesma forma que fizemos ontem, para significar mais uma vez que este Governador é o campeão de endividamento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, requeiro que conste da Ata o voto contrário do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Será anotado.

O SR. PEDRO TONELLI- (Pela Ordem)- Da mesma forma da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Será anotado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Da mes-



na forma da Bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Será anotado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 316/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 119/88), que autoriza o Poder Executivo a doar a Associação de Pais e Amigos de Surdos- APAS, os lotes de terreno sob n° 22, 23 e 24 da Planta Irpácia Bairro Hugo Lange, Curitiba, de propriedade do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 01/87, de autoria do Deputado Anibal Khury e Outros, que cria o Distrito Administrativo de Pontal do Paraná, no Município de Paranaguá, com as divisas e confrontações que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 08/88, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que denomina a estrada que liga o Município de Quatro Barras a Piraquara, até a BR-277, de Prefeito Antônio Alceu Zielonka. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 307/88, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E DESPORTIVA DO DEAM, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 308/88, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MILICIANOS INATIVOS - PARANÁ- AMI/PR, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 127/88, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que objetiva alterar a redação do art. 1° da Lei n° 8.473, de 04.05.87, que dispõe sobre a isenção de taxa de segurança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por Artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 264/88, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que altera a denominação do atual Município de Goio-Erê, criado pela Lei n° 48, de 10 de agosto de 1955. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 299/88, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que declara de Utilidade Pública, o GRÊMIO ESPORTIVO E RECREATIVO DO TRIBUNAL DE ALÇADA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 208/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 80/88), que objetiva desafetar da destinação ora vigente o imóvel com área de 70,70 hectares localizada na sede Amaporã -ex-Patrimônio Jurema, da Colônia Paranavaí- Município de Amaporã. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado (Publ. no DA. n° 67, de 24.06.88. - Mensagem).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 208/88

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 80/88, o projeto de lei em tela, objetiva desafetar da destinação ora vigente, o imóvel com área de 70,70 hectares, localizada na sede Amaporã- ex- Patrimônio Jurema, da Colônia Paranavaí, Município de Amaporã.

De acordo com a justificativa governamental que a proposta a mesma encontra explicação no fato de que a destinação a que se havia estabelecido ao imóvel, qual seja a implantação de um Aeroporto não veio a se efetivar.

Assim sendo, nova destinação far-se-ia necessária, dado o interesse social e o Princípio da Função Social da Propriedade que guiaram esta destinação.

No plano legal a proposta vem a ser acatada conforme o disposto no artigo 67 do Código Civil.

Esta douta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada a analisar os aspectos que lhe competem, conforme artigo 48 do Regimento Interno, vem a fazê-lo por intermédio de um pronunciamento favorável, por entender que inexistem óbices à tramitação normal da medida pelos demais órgãos desta colenda Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO



Presidente  
HERMAS BRANDÃO  
Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E  
COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 208/88

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 80/88, que visa desafetar da destinação ora vigente, o imóvel com área de 70,70 hectares localizada na sede do município de Amaporã.

Ao ser chamada a analisar os aspectos constitucionais e legais do presente projeto, a douta Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se pelo pronunciamento FAVORÁVEL, por estar a proposta acatada com artigo 67 do Código Civil Brasileiro.

No que compete a esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, manifestar-se, conforme o Artigo 54 do Regimento Interno, é o nosso pronunciamento igualmente FAVORÁVEL.

Assim sendo, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 208/88.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.88.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente  
QUIELSE CRISÓSTOMO  
Relator.

Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Quero registrar meu voto favorável.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 294/88, de autoria dos Deputados ANIBAL KHURY e TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a CARDÍACO - Fundação de Amparo à Pesquisa com Enfermidades Cardiovasculares, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA 113, de 08.11.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 294/88

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Parlamentares Tadeu Lúcio Machado e Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a CARDÍACO - Fundação de Amparo à Pesquisa com Enfermidades Vasculares, com sede e foro nesta capital.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n. 6.994, de 10.01.78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública.

Esta Fundação busca o desenvolvimento de atividades assistenciais na área médica, principalmente na área de doenças do coração.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente  
NEIVO BERALDIN  
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 80/88 (Mensagem n. 87/88 ex-Proposição n. 82/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que encaminha cópia autêntica do Convênio MIC-CDC/STC-PR n. 06/88 celebrado em 30.04.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, por intermédio do Conselho de Desenvolvimento Comercial, CDC, objetivando cooperação técnico-financeira, com vistas a manutenção do Projeto Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 81/88 (Mensagem n. 98/88 ex-Proposição n. 97/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios ns. 04/88, de 03.08.88, 12/88 de 01.08.88 e 13/88 de 01.08.88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da COMEC, e os municípios de Campo Largo, Balsa Nova e Bocaiúva do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras públicas, no setores que especificam. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 82/88 (Mensagem, n. 101/88 ex-Proposição n. 99/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Termos de Revigoração datados de 25.07.88 e 10.08.88, firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e respectivamente os municípios de Arapongas e Alto Piquiri, dos Convênios originários celebrados com os referidos Municípios em 13.11.87, objetivando o primeiro a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial e, o segundo, o desenvolvimento de programa preparação profissional na área de bordados industriais.

Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 83/88 (Mensagem n. 109/88 ex-Proposição n. 102/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio EBTU/027/88, celebrado em 30 de agosto de 1988, entre o Estado do Paraná, o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, e o Município de Curitiba. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 84/88 (Mensagem n. 110/88 ex-Proposição n. 103/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que encaminha as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Trabalho e da Ação Social, e os municípios que especifica, todos objetivando a implantação do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis - Leite de soja e sopas cremosas. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 85/88 (Mensagem n. 116/88 ex-Proposição n. 110/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 20.09.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e de sua vinculada SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa requerimento de n. 952, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 951, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 950, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 953, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 954, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 963, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 949, de autoria do

Curitiba, quarta, em 30.11.88

Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 958, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 959, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 961, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 960, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 962, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 964, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 01 de dezembro, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 312/88

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 127, 264 e 299/88.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 208 e 294/88.

e dos Projetos de Resolução de ns. 80 a 85/88.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 271/88

e dos Projetos de Resolução n. 87/88

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR EM SESSÃO DO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 1988

ENCONTRO  
ACESSO AO CRÉDITO PELAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

**Crédito orientado e implantação nos Bancos de Gerência Especializada no Atendimento às MPMEs.**

#### PROPOSTA DO GRUPO DE TRABALHO:

O Grupo de Trabalho discutiu diversas alternativas que pudessem viabilizar um melhor atendimento aos micro e pequenos empresários, por parte dos bancos, tendo chegado à conclusão que o ideal seria os bancos possuírem funcionários aptos, treinados para tal, a prestarem orientação aos empresários que recorrem ao mercado financeiro.

Essa orientação teria o objetivo de auxílio ao empresário na busca da melhor solução para seus problemas, que quase sempre não residem apenas na parte financeira.

Questões como custos, fluxo de caixa, investimento, mercado, preços de venda, relacionamento com clientes e fornecedores, etc., além de custos e prazos de empréstimos e financiamento bancários, seriam objeto dessa orientação a ser prestada.

Tradicionalmente os CEAGs prestam esse tipo de apoio aos empresários. Entretanto, nem todos procuram os CEAGs nem estes têm estrutura física suficiente para a todos atender.

Assim sendo, poderiam os bancos prestar essa orientação, com o que estariam ganhando em termos de marketing e na simpatia dos clientes bem como tendo uma maior garantia no retorno dos seus financiamentos.

Para a consecução desses objetivos, o Sistema CEBRAE/CEAGs poderia executar um programa de treinamento dos funcionários dos bancos, abrangendo de maneira simples e rápida as áreas citadas de preocupação empresarial.

Como ponto fundamental, teria que haver uma conscientização da direção dos bancos, privados e estatais, que dessem uma atenção especial para a questão, de modo permanente.

#### PARTICIPANTES:

Arnaldo de Faro Franco-CEAG/BA  
Ercílio de Santinoni - FAMPEPAR  
Jackson Mariano- CEBRAE  
Luciano Moreno dos Santos-CEAG/CE  
Ana Luiza N. Teixeira- CEBRAE  
Salo Gelfman - BNDES  
James Rui Palazzo- ABACE

#### LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS

#### PROPOSTAS DO GRUPO DE TRABALHO:

1. Reformulação da Resolução nº 695 nos seguintes aspectos:

a) Determinar obrigatoriedade de apli-

cação dos recursos em 70% para microempresas e 30% para pequenas empresas.

b) Modificar sistemática de aplicação dos recursos, ou seja, que os recursos destinados a cada região reflitam o volume de recursos arrecadados na própria região.

c) Adotar critério unificado de classificação para efeitos de enquadramento.

d) Que não sejam exigidas reciprocidades.

2. Reformulação das Linhas de Crédito de BNDES nos seguintes aspectos:

a) Expansão das Linhas de Crédito para o setor comercial.

b) Definir como limite máximo de garantias reais 1.3 em relação ao total do empréstimo e para microempresas determinar somente aval.

c) Isentar as microempresas de correção monetária plena, fixando como valor máximo 85%.

d) Instituir linha de crédito com condições especiais para capital de giro.

3. Reativar Linha de Crédito da SUDENE.

4. Reformulação das linhas de Crédito da CEF nos seguintes aspectos:

a) Que não sejam exigidas reciprocidades.

b) isentar as microempresas de correção monetária plena, fixando como valor máximo 85%.

c) Aumentar limite de crédito na linha PAMICRO.

5. Reativar a linha de Crédito SEPLAN/CEBRAE

6. Simplificar os Cadastros.

7. Instituir uma única linha de crédito, voltada exclusivamente para Micro e Pequenas Empresas (comércio, indústria e serviços), em condições diferenciadas de encargos, com acesso desburocratizado, com o objetivo de investimento misto, para ser aplicado pelos Bancos Governamentais e Privados tendo como encargos financeiros 3% a.a. mais 50% da correção monetária.

#### PARTICIPANTES:

Jesus Peres - Federação das Microempresas do Ceará

José Reston - CEAG/AM

Maria Sônia Maia de Assis-CEAG/PB

Tieta Maria R.Souza- CEBRAE

Ana Luiza Nigro Teixeira- CEBRAE

Ilca Tindco - CEAG/RN

**TEMA: EXIGÊNCIAS BUROCRÁTICAS PARA CONCESSÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E FUNDO DE RISCO/SEGURO DE CRÉDITO.**

O Grupo de Trabalho encarregado de discutir os temas acima citados concluiu por efetuar as seguintes proposições.

1) Utilização pela rede bancária, oficial e privada, de cadastro diferenciado/simplificado para as microem-

presas;

2) Redução das exigências burocráticas para concessão de créditos de médio e longo prazos para as pequenas empresas, em especial os oriundos do BNDES;

3) Disseminação, abrangente e eficiente, de informações sobre linhas de crédito junto as empresas de menor porte;

4) Realização de encontros regionais/estaduais, com a participação de representantes de empresários; bancos e Sistema CEBRAE, visando não somente atingir os objetivos acima mencionados, como também possibilitar uma maior interação entre o sistema bancário e as pequenas empresas;

5) Criação de um Fundo de Risco, com recursos provenientes de impostos sobre operações financeiras, objetivando facilitar o acesso da micro e da pequena empresa ao crédito;

6) Criação de seguro de crédito para dar cobertura aos financiamentos para investimento fixo dessas empresas.

Para o aprofundamento desses temas, os bancos, as seguradoras, os empresários e o Sistema CEBRAE criarão grupo de trabalho que terá por função apresentar propostas viáveis para implementação.

#### PARTICIPANTES

- Ercílio Santinoni
- Messias Fortes Filho
- Sérgio Antolino
- Christoph Heinrich von Beckedorff
- Áurea Leite Eisenlohr
- José Fernando Lobo Soares
- Luciano Moreno
- Rogério de Andrade
- Leide Katayama
- José Carlos Reston
- Ignez Castro Lopes do Couto
- Pedro Paulo Medeiros Beck

#### TEMA: CUSTO FINANCEIRO DOS EMPRÉSTIMOS

- Nilo Barroso - CEBRAE
- Ana Luíza Nigro Teixeira - CEBRAE
- José de Melo - BB
- José Joaquim de Santana - CEF
- Jairo de Andrade Asmevale - RGS
- Ercílio Santinoni - FAMPEPAR-PR
- José Fernando Lobo Soares - SEICOM-PA
- Sérgio Antônio - ABAME
- Messias Forte - Ass. Pará
- Luciano Moreno dos Santos - SEAG/CE
- Carlos Alberto Pessoa Faria - CEBRAE

1. Do orçamento de subsídios do Governo Federal e Estadual sejam alocados prio-

ritariamente recursos para pequenas empre-

2. Recomendar aos bancos maior transparência dos custos do crédito, tanto nos extratos de conta, quanto nas negociações de crédito.

3. Isentar a pequena empresa do IOF.

4. Incentivar as associações de pequenos empresários a negociarem "pacotes" financeiros junto à rede bancária com o objetivo de reduzirem os custos dos empréstimos.

5. Direcionamento de Fundos/Programas Federais aos bancos oficiais (BB/CEF/BD) para empréstimos diretos a taxas mais baixas e prazos mais longos, inclusive com a finalidade de se realizar investimentos fixos.

6. Recomendar aos bancos, associações de empresários, ao CEBRAE e CEAGs que divulgue as modalidades de crédito disponíveis (giro e investimento) e respectivos custos e subsídios.

#### GRUPO PARÂMETROS PARA CLASSIFICAÇÃO PORTE DE EMPRESA

##### PARTICIPANTES:

- . João José Júnior - BB
- . Leide G. N. Katayama
- . Gláucia Maria Vasconcellos - CEBRAE
- . Ercílio Santinoni - FAMPEPAR
- . Rogério Bellini - CEBRAE

##### SUGESTÕES DO GRUPO

1) Para critérios, conceitos e estatísticas adotar a proposição do CEBRAE.

2) Para critérios de benefícios fiscais, financeiros e previdenciários adotar a seguinte proposição:

FATURAMENTO BRUTO ANUAL (VLRs EM OTN)		
	IND.	COM/SERV
Microempresa	Até 25.000	Até 10.000
Pequena	Até 50.000	Até 25.000

OBS: Médias Empresas não teriam qualquer benefício porque o grupo julgou que parte destas empresas permitem autonomia nas suas negociações.

O grupo sugeriu também que poderiam ser estabelecidos patamares mínimos na definição dos segmentos a serem beneficiados.